

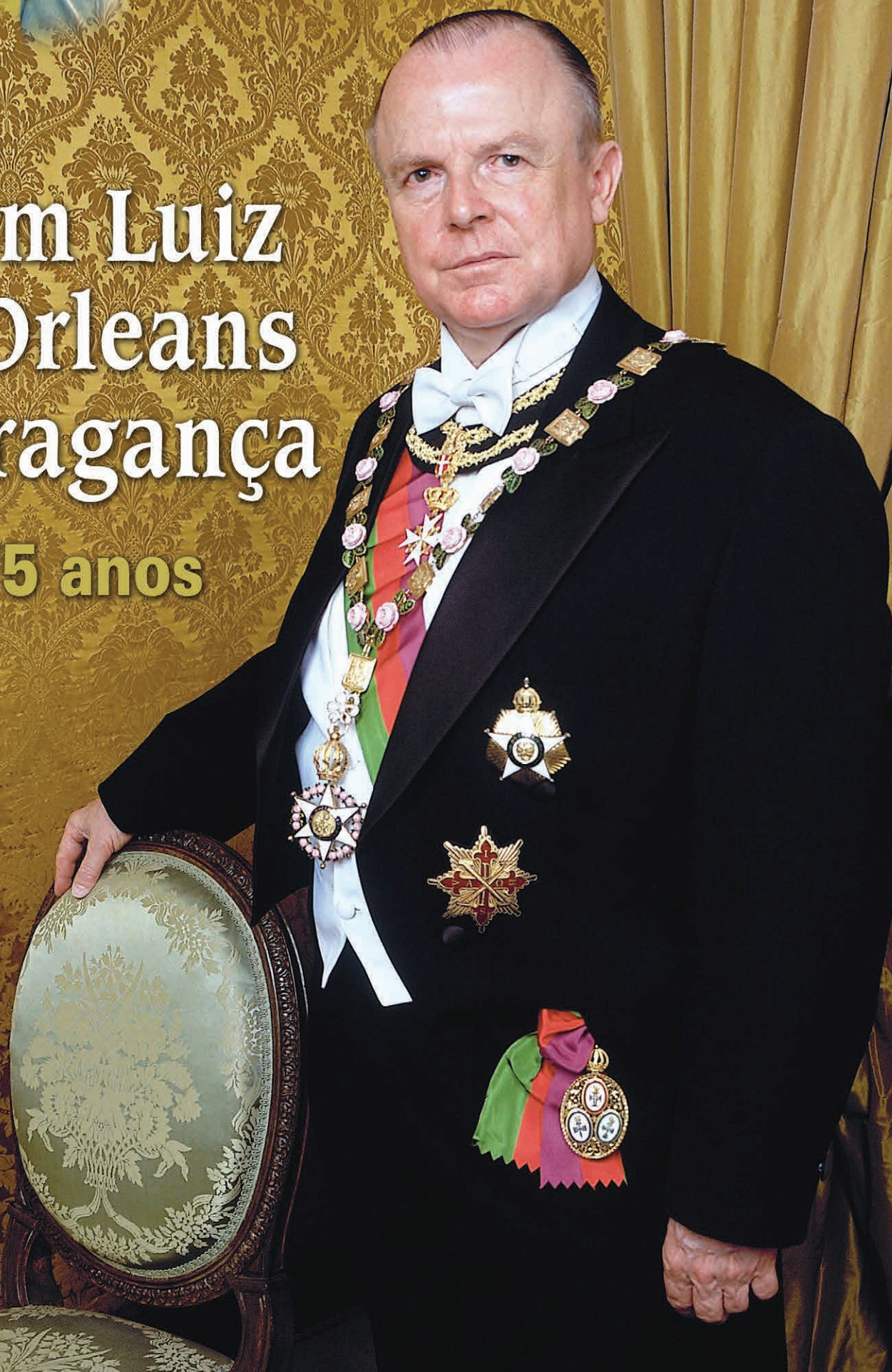


HERDEIROS DO PORVIR

Ano XIX – Nº 34
Julho / Agosto / Setembro 2013
Distribuição gratuita

Dom Luiz de Orleans e Bragança

75 anos





Museu Imperial restaura carruagem de D. Pedro II

HAYLEY RIBEIRO DE BARROS

O Museu Imperial de Petrópolis reinaugurou, depois de mais de um ano de restauro, a berlinda usada por D. Pedro II em sua coroação, no casamento de suas filhas e na abertura e fechamento da Assembleia Geral do Império.

O veículo, para ser puxado por oito cavalos, foi construído em 1835 pela empresa britânica Pearce & Countz, que permanece até hoje como fornecedora da Casa Real inglesa. Sua estrutura é formada principalmente de madeira e ferro; compõem a decoração detalhes em prata, madeira entalhada e folhada a ouro, couro, cristal, bordados e galões em fios dourados, estofamentos e revestimentos em veludo. De inigualável beleza, o povo batizou carinhosamente a carruagem de “Monte de Prata”, devido à predominância deste metal.

Coordenou o projeto a artesã Eliane Zanatta, responsável pelo Laboratório de Conservação e Restauração do museu. Segundo ela, “o trabalho foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa minucioso e detalhado, sobre a história da berlinda, bem como o contexto histórico, social, político e cultural em que ela se insere”. De acordo com Eliane, “foram realizadas pesquisas dos materiais e das técnicas que fizeram parte da manufatura do objeto, integrando campos disciplinares distintos, como biólogos, conservadores, engenheiros, historiadores e historiadores de arte, restauradores e profissionais artesãos especialistas em metais e bordados”.

É necessário realçar que os trabalhos foram realizados na Galeria de Restauro do próprio Museu Imperial, por especialistas formados por esta instituição. A experiência adquirida será empregada na reforma e recuperação de incontáveis outros objetos de arte que compuseram o cotidiano da Corte brasileira.

82% querem a volta da Monarquia

GERALDO HÉLSON WINTER

20 anos depois do Plebiscito de 1993, o portal *Terra* resolveu promover uma enquete, reapresentando aos internautas as mesmas opções de 1993. Até a cédula e as propagandas veiculadas nos horários obrigatórios sobre as formas de governo (monarquia/república) e sistema de governo (parlamentarismo/presidencialismo) foram idênticas às de 20 anos atrás.

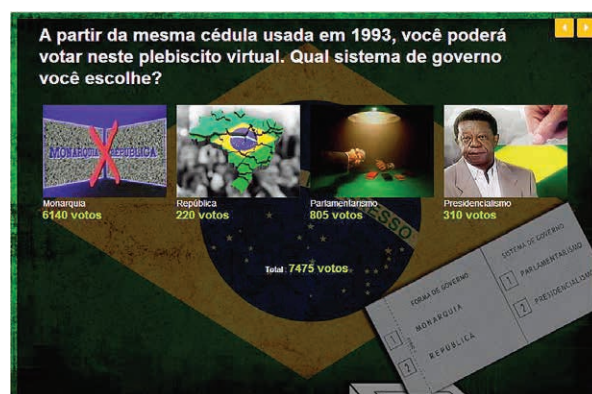
Votaram 7.475 pessoas. O resultado favorável à Monarquia não surpreendeu, tendo em vista as incontáveis manifestações de apoio recebidas pela Casa Imperial do Brasil através de seu site oficial, antes e sobretudo depois das passeatas de protesto que eclodiram por todo o País, tornando evidente o desencanto da população com a situação do País. Mas o que impressiona mesmo são os números:

Monarquia – 6.140 votos (82,15%)

República – 220 votos (2,95%)

Parlamentarismo – 805 votos (10,76%)

Presidencialismo – 310 votos (4,14%)



Página do *Terra* com o resultado da pesquisa

A preferência pela Monarquia não poderia ser mais cabal, levando-se em conta que a quase totalidade dos meios de comunicação social é republicana e faz silêncio sistemático sobre o movimento monárquico. Se considerarmos que a maioria dos internautas é constituída por jovens, veremos que anos e anos de intensa propaganda republicana na mídia e nos livros escolares redundou em nada. Cumpre notar que poucas horas após o início da pesquisa, o portal *Terra* a tirou do ar...

Os votantes foram também convidados a justificar suas preferências. A título de exemplo, transcrevemos o comentário de Volney Amorim Sena, que resume centenas de outros no mesmo sentido:

“Apoio a Monarquia porque estou ciente de que a forma republicana de governo não conseguiu organizar o País. Foram cento e poucos anos de retrocesso. Nossa História está sendo distorcida. Nossos heróis denegridos. Nossos valores desprezados. A construção da nacionalidade, obra iniciada por D. Pedro II, está se perdendo. A cidadania se enfraquece. A brasilidade está deixando de ser motivo de orgulho para nossa gente. Direitos civis e sociais estão esquecidos. A saúde e educação estão abaixo da crítica. Não existe segurança. O crime organizado, impune, ameaça a autoridade do governo. Confunde-se obrigatoriedade de voto com democracia. Nossas Forças Armadas estão desprestigiadas. O entreguismo e o servilismo oficial incentivam o domínio estrangeiro de nossa economia. A soberania nacional, proclamada por D. Pedro I, está comprometida. Pouco a pouco o Brasil está deixando de ser brasileiro. É preciso retomar o caminho aberto por nossos Imperadores. É preciso restaurar a Monarquia Parlamentar no Brasil”.

HERDEIROS DO PORVIR

Publicação da Pró-Monarquia,
entidade civil sem fins lucrativos.

Rua Itápolis, 873 – CEP 01245-000 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3822-4764

www.monarquia.org.br – e-mail: herdeirosdoporvir@monarquia.org.br

Diretor Responsável: Osvaldo Rocco

Jornalista Responsável: Yone P. Caldeira (MTB 17354)

Redator Chefe: Geraldo Hélon Winter

Diagramação: Luis Guillermo Arroyave

Impressão: Grafilar – Gráfica e Editora do Lar Anália Franco

Câmara Municipal do Rio homenageia a Princesa Isabel

No dia 13 de maio último, dia em que se comemorou os 125 anos da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, o vereador Cesar Maia prestou homenagem à Redentora em sessão solene na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. D. Antônio de Orleans e Bragança, acompanhado de sua esposa a Princesa Christine de Ligne de Orleans e Bragança, representou no ato o Chefe da Casa Imperial do Brasil, Príncipe D. Luiz, e dirigiu aos presentes breves palavras sobre sua ilustre bisavó.

Na ocasião D. Christine recebeu do vereador Cesar Maia (foto) uma estatueta da Princesa Isabel e um buquê de camélias, flor-símbolo do abolicionismo.

Presentes na solenidade D. José Palmeiro Mendes, abade emérito do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, a Sra. Gracy Mary Moreira, diretora do Museu do Negro da Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, monarquistas e público em geral.

As fotos foram extraídas do site oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.



D. Bertrand lança "Psicose Ambientalista" em Curitiba

O Príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança lançou na capital paranaense, em 9 de maio último, seu livro *"Psicose Ambientalista – Os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma 'religião' ecológica, igualitária e anticristã"*. O evento ocorreu na Livraria Curitiba, do ParkShopping Barigui. O livro mostra como a discussão sobre ambientalismo tem um viés ideológico profundo. Constitui nada menos que uma rerepresentação da velha e fracassada doutrina comunista, hostil à propriedade privada, em que o vermelho do comunismo foi substituído pelo verde do ambientalismo. Após a apresentação da obra para o numeroso público presente, o Príncipe participou de sessão de autógrafos. As fotos a seguir foram extraídas do site da Livraria Curitiba.

Condecoração. Em 19 de abril último, data em que se comemorou 365 anos do Exército Brasileiro, o comandante Militar do Sudeste, general Adhemar da Costa Machado, condecorou, entre outras personalidades, o Príncipe D. Bertrand com o colar da Ordem do Mérito Militar, concedida a pessoas mercedoras por benefícios feitos ao povo brasileiro. Criada em 1934, tal Ordem foi inspirada na de São Bento de Avis, de Portugal.



D. Luiz: "Nhá Chica é genuína e caracteristicamente brasileira"

Por ocasião da beatificação de Francisca de Paula de Jesus, mais conhecida como Nhá Chica, em 4 de maio, em Baependi (MG), o Príncipe Dom Luiz de Orleans e Bragança, impossibilitado de comparecer à cerimônia, enviou à Comissão Organizadora o seguinte telegrama:

"Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal Legado Dom Angelo Amato

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Frei Diamantino de Carvalho, OFM.

Reverendas Irmãs Franciscanas do Senhor
Doutor Paulo Villota, Postulador

Agradecendo o convite recebido para a Missa Solene de Beatificação de Francisca de Paula de Jesus — Nhá Chica, a realizar-se no dia 4 de maio corrente nessa Cidade de Baependi, venho, em meu nome e no de toda a Família Imperial, congratular-me com as autoridades eclesiásticas e com a gente baependiense pela solene proclamação das virtudes da Venerável.

Impossibilitado de comparecer, associo-me ao júbilo de quantos desejaram essa proclamação, por ela trabalharam ou pela Venerável foram favorecidos em ver assim passar a brilhar no firmamento da Santa Igreja mais este belo e próximo exemplo de santidade de vida.

Durante muito tempo o Brasil católico — a Terra de Santa Cruz — sentiu a ausência de santos brasileiros reconhecidos. Afortunadamente eles vêm chegando, como a manifestar o desvelo da Providência em que nossa Nação conte, nessa quadra histórica, com mais intercessores. E Nhá Chica é muito genuína e caracteristicamente brasileira, por suas origens, seu temperamento, sua bondade, sua Fé singela e íntegra.

Desejando a essa solene celebração todo brilho e união, rogo a bênção episcopal e orações, para mim e minha Família.

Dom Luiz de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil".



D. Luiz:

32 anos na liderança de uma Causa

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS

Em 6 de junho último D. Luiz de Orleans e Bragança completou 75 anos de idade. Um mês depois, em julho, ocorreu o 32º. aniversário da elevação de D. Luiz à condição de Chefe da Casa Imperial do Brasil. Foram 32 anos fecundos, operosos, cheios de realizações.

Quando se verificava a passagem do comando de D. Pedro Henrique para D. Luiz, o Brasil também estava saindo de um ciclo e entrando em outro. Estava-se na fase final do regime militar e falava-se muito em abertura política. O clima estava favorável a que se cobrasse coerência das autoridades republicanas: abertura, não apenas para as esquerdas, mas também para os monarquistas!

Diante desse cenário político novo, muito diferente dos sucessivos cenários que tinham prevalecido durante as seis décadas em que D. Pedro Henrique estivera à frente da Casa Imperial, abriam-se oportunidades preciosas para os monarquistas, e D. Luiz, como chefe hábil, soube aproveitá-las.

Tão logo assumiu a Chefia, D. Luiz, imediatamente assistido por seu ilustre irmão, o Príncipe Imperial D. Bertrand, organizou seu novo secretariado, reorganizou seus arquivos e iniciou um amplo trabalho de rearticulação dos inúmeros simpatizantes que a Causa Monárquica tinha, de norte a sul, em todos os Estados do Brasil.

Inúmeras sementes lançadas, ao longo das décadas, por D. Pedro Henrique, bem regadas e bem tratadas por D. Luiz, brotaram, dando início a novas iniciativas e a um *renouveau* de esperanças por toda a parte.

As mensagens de Natal, do Príncipe, em lindos cartões sempre artísticos, sempre bem escolhidos, sempre acompanhados de mensagens apropriadas e de alto nível, marcaram época.

Logo que possível, iniciou o Príncipe uma ação que, sendo estritamente cultural, não deixava, entretanto, de ter um alcance político imediato: a luta contra a famigerada “cláusula pétrea”, que proibia qualquer proposta que modificasse a forma republicana de governo.

Em 1985, tomou posse Sarney, substituindo Tancredo Neves, que fora eleito, ainda em votação indireta, primeiro presidente civil após os 21 anos de regime militar. Tivera então início a Nova República, que decidiu convocar uma nova Assembleia Nacional Constituinte, a ser instalada quando tivesse terminado o mandato dos deputados em exercício.

De fato, em fevereiro de 1987 foi convocada a Constituinte, que concluiu seus trabalhos em outubro de 1988, com a promulgação da Carta Constitucional que, com mais de 30 emendas (se não fosse desrespeitoso, eu falaria em “trinta remendos”) continua até hoje em vigor.

Com a Nova República, um clima de euforia tomara então conta do País, largamente disseminado, aliás, por meios de comunicação de massa. Parecia – ou pelo menos se fazia parecer – que findara um longo pesadelo e que finalmente uma era de liberdade, paz e prosperidade sem iguais se abria para o Brasil. Foi sob esse signo de otimismo generalizado que nasceu a “Nova República”, em 1985. Dois anos foram mais do que suficientes para nosso povo, lúcido e inteligente, compreender que, trocadas as equipes de governo, tudo continuava na mesma... Seguiu-se o inevitável desencanto, e muitos de nossos compatriotas começaram a se perguntar se o Brasil afinal tinha conserto.

Foi nesse contexto que a Constituinte deu início a seus trabalhos. Debatia-se muito, nessa altura, a eventualidade de ser adotado, como alternativa para o fracassado modelo presidencialista, um sistema parlamentarista; seria, julgavam alguns, a panaceia para os males brasileiros.

Ora, a própria lembrança do modelo parlamentarista forçosamente trazia à tona velhas recordações de há muito sepultadas, de uma época em que o parlamentarismo monárquico fora aplicado no Brasil e funcionara eximamente. Figuras prestigiosas do passado – de um passado remoto, mas que permanecia surpreendentemente vivo na memória nacional – retornaram então com naturalidade às páginas de jornais e ocuparam espaços nas programações de rádios e televisões.

As imagens de Zacarias, Ouro Preto, Caxias, Olinda, Paraná, Rio Branco, João Alfredo, Lafayette e tantos outros lustres do Parlamento imperial voltaram aos espíritos; e, pairando sobre elas, a figura veneranda de D. Pedro II, cuja honestidade e cuja dedicação à Pátria nunca se ousara negar, e a da Princesa Isabel, que sacrificara o trono pela redenção dos pobres escravos.

Tal era a força do contraste desse passado luminoso com o que todos os dias se estava habituado a ver e a sofrer, que as propostas monarquistas viram-se de repente na ordem do dia.

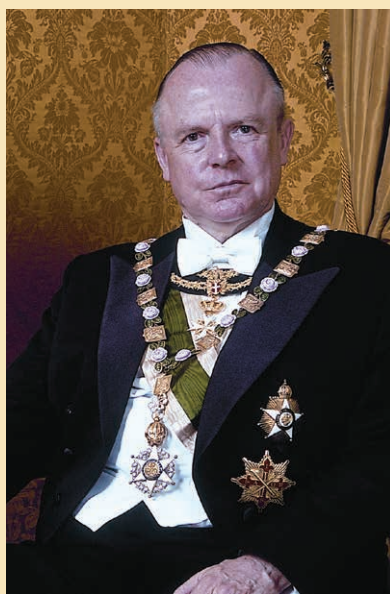
A Nova República nasceu do processo político da chamada Abertura, que se opunha ao regime de censura e de limitação de liberdades que vigorara em certa fase do regime militar. A Nova República desde o início se professou essencialmente democrática e liberal. Não era possível, nessa época em que comunistas extremados e até mesmo antigos guerrilheiros participavam livremente da vida pública do país, negar voz e vez aos monarquistas.

No dia 17 de março de 1988, o plenário da Assembleia pronunciou-se sobre a cláusula pétrea: 366 votos foram dados contra sua manutenção, apenas 29 a favor, e 5 constituintes preferiram se abster de votar.

Tão acertada decisão em larga medida se deveu a um documento que é uma verdadeira obra prima sob todos os pontos de vista – uma obra prima literária, uma obra-prima de patriotismo, uma obra-prima de senso da continuidade histórica representada por seu autor. Trata-se da famosa *Carta aos Srs. Membros da Assembleia Nacional Constituinte*, que D. Luiz, enquanto Chefe da Casa Imperial do Brasil, dirigiu aos Senadores e Deputados no dia 7 de setembro de 1987.

No dia 2 de junho de 1988, o plenário da Constituinte aprovou, novamente por esmagadora maioria (495 votos a favor, 23 contrários e 11 abstenções), a realização de um plebiscito sobre forma e sistema de governo, com três opções possíveis: república presidencialista, república parlamentarista e monarquia parlamentar. Esse plebiscito pretendia realizar, com mais de 100 anos de atraso, a consulta que a república brasileira, proclamada “provisoriamente” em 1889, prometera convocar e nunca convocara.

Colaborou de modo significativo, para a derrubada da cláusula pétrea e convocação do plebiscito, uma hábil articulação parlamentar conduzida principalmente pelo deputado A. H. Cunha Bueno. Durante os trabalhos da Constituinte foram de grande valia os esforços desse deputado que, colaborando então eficazmente com D. Luiz, obteve assinaladas vitórias para a Causa monárquica. É de bom grado que registro aqui esse mérito do conhecido ex-parlamentar que, infelizmente, logo depois tomaria um



rumo não condizente, e até em profunda contradição, com os princípios monárquicos que dizia professar.

Dois outros fatos se realizaram nessa época, e que cabe recordar aqui. O primeiro deles foi a fundação da Juventude Monárquica, entidade com a qual tive a alegria de colaborar por vários anos, e que começou a se constituir em redor do Príncipe D. Luiz, sobretudo a partir da Carta aos Constituintes. Esse documento despertou enorme interesse e, mais do que isso, entusiasmo em jovens de vários Estados brasileiros. Muitos escreveram ao Príncipe, tomaram contato com ele, e foi assim que nasceu a ideia de ser constituída uma entidade.

Outra iniciativa da época, que cabe também recordar aqui, foi o lançamento, ocorrido a 28 de abril de 1989, do nosso livro “A Legitimidade Monárquica no Brasil”, sustentando, com base em documentação exaustiva e argumentação cerrada, os direitos de D. Luiz à chefia da Casa Imperial, decorrentes da bem conhecida renúncia que fizera, em 1908, o filho mais velho da Princesa Isabel.

Teve início, então, a campanha longa, trabalhosa, difícil, para o plebiscito de 1993.

Como disse, a mesma Assembleia Constituinte que abolira a Cláusula Pétrea também convocara um plebiscito para decidir sobre o sistema e forma de governo a ser adotado pelo Brasil.

A iniciativa desse plebiscito – fique isso bem claro – não foi de D. Luiz. Foi uma iniciativa do deputado há pouco citado, por conta própria, sem ter consultado a D. Luiz, que nunca teve ilusões quanto ao plebiscito, pois sabia perfeitamente, desde o começo, que, sendo organizado e realizado pelas autoridades republicanas, era evidente que elas trabalhariam “casuisticamente” o processo eleitoral de modo a fazê-lo em proveito próprio. O plebiscito era, ademais, sumamente perigoso para a causa monarquista. Era muito arriscado que, em caso de derrota vergonhosa dos monarquistas, a república parecesse legitimada para sempre no Brasil.

D. Luiz teve que aceitar o plebiscito como ele se realizou, nas condições desfavoráveis que lhe foram impostas, mas aproveitou a ocasião para difundir o ideário monárquico pelo Brasil todo.

Não é o caso de lembrar aqui todos os lances que cercaram o plebiscito, pois são muito recentes e ainda necessitam de recuo histórico para poderem ser bem avaliados. Tive a alegria de acompanhar tudo, passo a passo, desde o início até o final, e ainda conto escrever, pormenorizadamente, uma história dos bastidores da campanha do plebiscito.

As dificuldades financeiras, as traições, a negativa de acesso ao programa de propaganda televisiva para a frente parlamentar legitimista, que apoiava D. Luiz, dando todo o horário para traidores que se diziam monarquistas, mas somente semeavam confusão, e, por fim, a inconstitucional antecipação do plebiscito – tudo isso fez com que esse plebiscito se configurasse como uma imensa fraude, mais uma das inumeráveis fraudes da nossa história republicana.

Não foi fácil, evidentemente, a condução da Causa Monárquica nesse período conturbado e de incerteza. De um lado, D. Luiz como chefe, e também nós, os monarquistas mais atuantes, tínhamos que nos lançar em campanha como se tivéssemos certeza da vitória no plebiscito. Mas sabíamos, de antemão, que as cartas estavam marcadas e, por fim ou por nefas, de um modo ou de outro, a república arrumaria um jeito de não deixar a monarquia vencer.

Era preciso, pois, fazer a propaganda de modo jeitoso, mas preparando habilmente o terreno para, quando chegasse o momento de a república conseguir a sua pretensa vitória, ficasse claro aos olhos da opinião pública que era uma pseudo-vitória. E que a suposta derrota dos monarquistas, na realidade, tivesse o significado de uma imensa vitória moral.

Foi, de fato, o que aconteceu. Ao longo de toda a campanha, sempre, nas horas oportunas, o Príncipe lançou documentos denunciando os sucessivos casuísmos republicanos e advertindo que, fosse qual fosse o resultado das urnas, ele não exprimiria legitimamente a vontade do eleitorado, livre e maduramente expressa.

Apesar de todos os casuísmos, a causa monárquica obteve 13 % dos votos válidos. Foi uma derrota muito honrosa que, na realidade, significou uma vitória moral. Uma prova disso é que nenhum órgão de imprensa, no Brasil inteiro, se atreveu a declarar formalmente que o resultado do

plebiscito constituía uma definitiva legitimação da república proclamada provisoriamente 104 anos antes.

Depois do plebiscito, prosseguiu a atuação dos monarquistas, mais centrada, de acordo com as sábias diretrizes de D. Luiz, nos aspectos culturais do que nos políticos. D. Luiz nunca foi favorável à constituição de um partido político monarquista, mas sempre preferiu a atuação cultural – entendendo-se o adjetivo cultural no seu sentido mais amplo e abrangente.

D. Luiz, como também o Príncipe D. Bertrand, são frequentemente convidados a proferirem conferências em universidades e em sedes de associações culturais de todo o Brasil, a propósito de comemorações de datas históricas ou de âmbito cultural.

Recordo aqui um único exemplo, entre inumeráveis outros que poderia citar. No dia 26 de março de 2008, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou, conjuntamente com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, uma sessão solene comemorativa dos 200 anos da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil. O ato foi realizado no salão-nobre da Faculdade, com a presença de mais de 800 participantes. O principal conferencista convidado foi precisamente o Príncipe D. Luiz, que ocupou, por gentil convite do diretor da Faculdade, Prof. João Grandino Rodas, a mesma cadeira que D. Pedro II costumava usar quando comparecia a sessões da Academia de Direito do Largo de São Francisco. A sessão se revestiu de um brilho excepcional nos anais da própria Faculdade de Direito.

Hoje, é frequente D. Luiz ser procurado por jornais ou revistas de todo o Brasil, que o interrogam sobre seu pensamento acerca dos mais variados assuntos da atualidade, por vezes sem a menor relação com o tema monarquia... Por que o fazem? Por que eles querem conhecer o pensamento do Chefe da Casa Imperial sobre aquele assunto? Os grandes meios de comunicação social, sismógrafos sensíveis ao interesse e à curiosidade do público, sentem que esse público deseja conhecer, entre outras, também a opinião monárquica. Isso porque, graças ao trabalho inteligente de D. Luiz ao longo dos 32 anos de chefia da Casa Imperial, a Causa Monárquica se transformou num verdadeiro polo de pensamento nacional, numa referência ideológica e cultural obrigatória não só para os monarquistas, mas até mesmo para muitos republicanos.

As recentes pesquisas arqueológicas dos restos mortais de D. Pedro I, D. Leopoldina e D. Amélia, foram, a esse respeito, significativas. Conduzidas de modo impecável, de todos os pontos de vista, por uma pesquisadora acadêmica de alto nível – Profa. Valdirene do Carmo Ambiel –, recebeu da mídia em geral uma cobertura correta e de grande impacto, precisamente porque o público mostrou-se apetente e interessado. O jornal “O Estado de S. Paulo”, órgão de tradições republicanas mais do que centenárias, consagrou todo um caderno especial, em dia de semana, ao “furo” jornalístico da divulgação dos trabalhos da Profa. Ambiel, e tal foi a procura da matéria nos dias seguintes, que precisou imprimir nova tiragem, para atender aos numerosos pedidos chegados de todo o Brasil e até do Exterior.

O Brasil está hoje numa decadência como jamais esteve em sua história. A moralidade pública desapareceu por inteiro, o descrédito da classe política não poderia ser maior, só há desesperança e desânimo nas instituições públicas. No entanto, D. Luiz e a Causa Monárquica pairam, por cima de todas essas baixarias, e constituem uma autêntica e brilhante reserva moral da Nação brasileira, à espera de melhores dias, que, tenho plena certeza, virão. E talvez estejam mais perto do que parece.

Graças a Deus, está assegurada a sucessão imperial. Após D. Luiz, ao qual ainda auguramos muitos e muitos anos de vida e atuação fecunda, temos o Príncipe D. Bertrand. Após ele, temos o Príncipe D. Antônio. E, depois desses três irmãos, já na geração seguinte, temos o Príncipe D. Rafael, que é hoje portador das nossas esperanças e promessa de muito futuro.

A Monarquia não é, como a República, obrigada a inventar, de tempos em tempos, nomenclatura nova para disfarçar seu indisfarçável desgaste.

A Monarquia é uma instituição antiquíssima e venerabilíssima, mas nunca envelhece, porque se renova sempre, a cada geração. Essa é a nossa grande força!

XXIII ENCONTRO MONÁRQUICO

OSVALDO ROCCO

Realizou-se no Rio de Janeiro, em 15 de junho último, o XXIII Encontro Monárquico, com a presença de cerca de 150 participantes de todo o Brasil. O evento aconteceu no Windsor Florida Hotel, localizado no Bairro do Flamengo.

A abertura do Encontro foi feita pelo Príncipe D. Antônio de Orleans e Bragança, que deu boas-vindas aos participantes e fez um alerta sobre a política de desagregação social promovida pelo atual governo, sob pretexto de proteger sem-terras, índios e quilombolas. *“O Brasil é um país maravilhoso, tem todas as condições de crescer, tem um povo maravilhoso, mas está numa situação política caótica”*, alertou D. Antônio.

Em seguida falou o Contra-Almirante Alan Paes Leme Arthou, engenheiro naval e Diretor do Centro Tecnológico da Marinha, sobre *“Soberania e Poder Naval”*. Profundo conhecedor de nossos mares, detalhou como progride a construção do submarino nuclear brasileiro.

Na conferência seguinte, o Prof. Evaristo Eduardo de Miranda, agrônomo e Coordenador da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais da Presidência da República, tratou do tema *“Agricultura no Brasil do Século XXI”*. Utilizando-se de dados estatísticos, mostrou o impressionante progresso de nossa agricultura nos últimos anos, confirmando a tese de que a vocação do Brasil é a de ser o celeiro do mundo.

Os trabalhos da tarde foram abertos pelo jovem Príncipe D. Rafael de Orleans e Bragança, que, em breve discurso, abordou as várias modalidades de liderança, com especial enfoque na verdadeira liderança monárquica (íntegra ao lado).

Em seguida D. Rafael passou a palavra ao Prof. Armando Alexandre dos Santos, jornalista, professor de História e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja palestra versou sobre o tema *“Dom Luiz – um nome, uma esperança, uma promessa de realização”*. O Prof. Armando fez um breve relato da atuação de D. Luiz desde que assumiu a Casa Imperial, em 1981: *“Foram 32 anos fecundos, operosos, cheios de realizações”*.

A conferência seguinte ficou a cargo do Maestro Fabrício Rodrigues Pereira, professor de Música e graduado em Música pela Universidade Federal de Ouro Preto. Vindo das Alterosas, falou sobre os *Esplendores do Barroco Mineiro* e destacou o importante papel de nossos artistas nas artes plásticas e na música.

Após breve pausa, continuou o ciclo de conferências, falando o Dr. José Carlos Sepúlveda da Fonseca, jornalista e cientista social. Em vista do caos em que se vive no mundo contemporâneo, discorreu sobre o tema *“Da organicidade monárquica ao autoritarismo republicano”*.

O encerramento do Encontro ficou a cargo do Príncipe Imperial D. Bertrand de Orleans e Bragança. Exímio conhecedor da realidade brasileira, enalteceu o fato de a Providência Divina ser tão generosa com nosso povo, dando-lhe um território de dimensões continentais e uma riqueza cultural invejada pelo mundo inteiro. Trilhando as sendas da Civilização Cristã, o Brasil certamente galgará a posição de destaque que sempre mereceu, destacou.

No dia seguinte, 16 de junho, com o patrocínio da Pró Monarquia e da Associação dos Amigos da Família Imperial, foi celebrada Missa em Ação de Graças pelo 75º aniversário do Príncipe Dom Luiz de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil, na Igreja da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Em homenagem ao natalício de Sua Alteza seguiu-se almoço, no mesmo Windsor Florida Hotel.



D. Antonio abre o XXIII Encontro Monárquico



Contra-Almirante Alan Paes Leme Arthou



Prof. Evaristo Eduardo de Miranda



Prof. Armando Alexandre dos Santos
fala para auditório lotado



D. Bertrand encerra o XXIII Encontro



D. Christine de Orleans e Bragança entrega diploma a jovem monarquista



Missa solene por D. Luiz no Outeiro da Glória



Dr. Juvenal de Arruda Furtado (esq.) saúda D. Luiz.



O que é ser líder?

Palavras proferidas por D. Rafael de Orleans e Bragança na abertura de uma das sessões do XXIII Encontro Monárquico do Rio de Janeiro:

“Pela definição dos dicionários, líder é a pessoa que é a cabeça de um movimento, de uma equipe ou de um grupo. Tipos de líderes temos vários, cada um com suas características. Alguns são líderes natos, outros desenvolvem liderança ao longo de suas vidas, outros são líderes pelo exemplo, outros são referência naquilo que fazem, impõem respeito a seus liderados, outros lideram pelo medo e outros, ainda, aspiram à confiança de seus liderados. Enfim, exercem sua liderança a fim de atingir um objetivo maior. E essa liderança consiste na condução de um grupo de pessoas, transformando uma equipe que gera resultados. É a habilidade de motivar e influenciar os liderados de forma ética e positiva, para que contribuam voluntariamente e com entusiasmo para alcançarem tal objetivo.

Temos alguns estilos de liderança: a autocrática, na qual o líder toma decisões por conta própria, sem consultar a ninguém; a liderança democrática, em que há participação dos liderados no processo decisório; a liderança liberal ou *laissez faire*, em que existe liberdade na execução dos projetos, indicando uma equipe madura, mas também pode ser um indício de negligência por parte do líder; existe também a liderança paternalista, em que a relação entre o líder e o liderado é vista como de um pai para um filho, orientando, ensinando, protegendo; e a liderança por ideal, que é o estilo de conduzir equipes por meio de convicções e dos valores do líder, sem desmerecer os objetivos individuais dos liderados.

É este último o ideal que vejo nesta sala hoje. São voluntários entusiasmados que acreditam nas convicções e nos valores de seus líderes. E estas convicções conversam diretamente com a alma de todos os brasileiros. O Brasil tem essa necessidade de um líder de valores e princípios. O líder de uma nação deve buscar sempre seu desenvolvimento e crescimento em busca de um bem maior. Deve buscar que seus liderados estejam satisfeitos e que tenham os meios necessários para que esse desenvolvimento aconteça.

Acredito que também nós devemos ser líderes. Que sejamos líderes todos nós, e que lideremos nossos grupos de movimentos com ética, princípios, valores morais, para que consigamos também alcançar nosso objetivo, que é a restauração da Monarquia neste nosso País, que tanto amamos”.



Diploma entregue aos participantes do Encontro



JOSÉ GUILHERME BECCARI



Agora é o “ideefezinho” – Depois do “pibinho” de 2012, que evidenciou nossa pífia atividade econômica, e do “ideagazinho” elaborado pela ONU, que nos relegou à vergonhosa 85ª posição em qualidade de vida, atrás até de nações pouco conhecidas ou em guerras, eis que surge agora mais um diminutivo neológico: o “ideefezinho”! O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) foi criado pelo próprio governo republicano, para mensurar a miséria de nosso povo. Apenas mentes doentias para criar tal índice! Tanto mais que, sendo oficial, pode sofrer inúmeras influências políticas. Mas já que existe, vamos aos dados, baseados no chamado Cadastro Único do governo, com um total de 25 milhões de famílias pobres. Numa escala de 0 a 1, em que a nota menor (0) indica miséria total, e a maior (1) indica pobreza “abastada”, nossas famílias pobres estão no nível 0,61, ou seja, mais ou menos no meio entre miséria e pobreza. Que bela constatação! Nossos pobres mais ricos estão no Distrito Federal, pois conseguiram atingir o grau 0,66, e nossos pobres mais pobres estão no Acre, onde só conseguiram 0,56. Das seis dimensões que compõem o IDF – desenvolvimento infantil, condições habitacionais, vulnerabilidade da família, disponibilidade de recursos, acesso ao conhecimento e acesso ao trabalho – este último atingiu apenas 0,29, o que indica, segundo os técnicos, que 29% dos direitos de nossos pobres com relação ao acesso ao trabalho são respeitados e 71% violados. O segundo pior resultado está no item “acesso ao conhecimento”, que avalia o nível escolar de adultos e jovens: 0,38. De acordo com os dados, mais de 80% das famílias pobres tem ao menos um adulto analfabeto. Triste república brasileira!

A frota do Obiang vai aumentar – Teodoro Obiang é um ditador da Guiné Equatorial há 34 anos no poder. “Modesto”, sua frota de carros inclui sete Ferrari, cinco Bentley e quatro Rolls-Royce. Em 2012 comprou uma cobertura no Rio de Janeiro, no valor de 80 milhões de reais. É acusado de tortura e lavagem de dinheiro. Mas, afinal, o que temos com isso? Muita coisa! Obiang acaba de receber do governo brasileiro verdadeira dádiva, que é o perdão de uma dívida de 12 milhões de dólares. Muito pior: a “presidenta” Dilma perdoou também a dívida de outras 11 nações africanas, num total de 840 milhões de dólares. Em épocas normais tal atitude redundaria em crime de lesa-pátria e o Congresso iniciaria imediatamente um processo de *impeachment*. Entretanto,

um assessor da presidente, citado pela revista *Veja*, não deixa dúvida quanto aos interesses em questão: “O perdão da dívida atendeu a um pedido dos financiadores da campanha”. Explica-se: enquanto as nações africanas estivessem inadimplentes com relação ao Brasil, por lei o BNDES não poderia financiar obras a serem construídas naqueles países por empreiteiras brasileiras, as quais, por sua vez, são as principais financiadoras do PT. Temos, assim, interesses eleitorais se sobrepondo aos nacionais... Enquanto isso, lesado contribuinte brasileiro, prepare-se para aumentar ainda mais a frota do Sr. Obiang!

Políticos na Saúde? NÃO! – O péssimo atendimento médico nos hospitais públicos vai continuar. O governo republicano primeiro ameaçou a população com a vinda de 6.000 “médicos” cubanos. Ora, como é sabido, Cuba, com uma população menor do que a da cidade de São Paulo, não tem condições de formar tantos médicos, mesmo porque já os exporta às pencas para as bolivarianas Venezuela e Bolívia. Em visita ao Brasil, Douglas León Natera, presidente da Federação Médica Venezuela, declarou: “Dizem que existem 30 mil médicos cubanos na Venezuela. Sabemos que não se trata de médicos, só sabemos que são cubanos. Não vimos um título desses profissionais. O governo venezuelano não permitiu”. Na mesma ocasião, o médico boliviano Aníbal Cruz, vice-presidente da Confederação Médica Latino-Americana e do Caribe, disse que o corpo médico de seu país exigiu a documentação dos médicos cubanos, mas nunca foi apresentada. “Não conseguimos nem uma lista com a especialidade de cada médico cubano”, afirmou. A reação da classe médica e da sociedade brasileira foi tão intensa que o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT), foi obrigado a abortar seu plano. Mas logo em seguida veio com outro pior: todo estudante de medicina brasileiro vai ser obrigado a trabalhar dois anos para o SUS! Mais uma vez nossos médicos se insurgiram, classificando a medida de inconstitucional e fascista, pois numa democracia o governo não pode impor ao cidadão o que deve ou não fazer. Insana, esta nova medida muito provavelmente também não vingará. Qual vai ser a próxima? Em tempo, aqui vai sugestão de cartaz para as próximas manifestações, rimando: “Dinheiro não falta, bons profissionais na Saúde também não. Precisamos apenas de uma boa gestão”.

